

# RGE

Revista  
de Gestão  
e Estratégia

ISSN: 2674-6743

Vol. 6 | Nº. 1 | Ano 2024

**Douglas Manoel Antonio  
de Abreu Pestana dos  
Santos**

*SBPC Sociedade Brasileira Para o  
Progresso da Ciência*  
dpestana@usp.br

## ESCOLHAS METODOLÓGICAS EXPRESSAS NO PPP DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR PRIVADA

*Um estudo de caso*

### RESUMO

O PPP (Projeto Político-Pedagógico) é um instrumento fundamental para a gestão escolar, pois é nele que a escola define sua identidade, valores, objetivos educacionais e estratégias para alcançá-los. Sua importância é vasta e abrange diversos aspectos da gestão escolar. O presente trabalho teve por objetivo apresentar um estudo de caso acerca das escolhas metodológicas descritas no PPP do ano de 2023 de uma instituição privada de ensino localizada no município de São Paulo. Por meio da análise de conteúdo tratada sob a perspectiva de Bardin (1977) concluiu-se, num primeiro momento, que no processo de ensino-aprendizagem considerado no documento a responsabilidade pedagógica é totalmente centrada na figura do professor.

**Palavras-chave:** PPP. Formação. Gestão Escolar.

### ABSTRACT

The PPP (Political-Pedagogical Project) is a fundamental instrument for school management, since it is in it that the school defines its identity, values, educational objectives and strategies to achieve them. Its importance is vast and covers several aspects of school management. The present work aimed to present a case study about the methodological choices described in the PPP of the year 2023 of a private educational institution located in the municipality of São Paulo. Through the content analysis treated from the perspective of Bardin (1977) it was concluded, at first, that in the teaching-learning process considered in the document the pedagogical responsibility is totally centered on the figure of the teacher.

**Keywords:** PPP. Formatting. School management.

#### Correspondência/Contato

*Faculdade de Tecnologia de Assis - FATEC*

Av. Dom Antônio, 2100  
CEP 19806-900  
Fone (18) 3324-1607  
rgecontato.fatecassis@fatec.sp.gov.br  
<http://fatecassis.edu.br>

#### Editores responsáveis

Taciana Maria Lemes de Luccas  
[taciana.luccas@fatec.sp.gov.br](mailto:taciana.luccas@fatec.sp.gov.br)

Rafael Oliva  
[rafael.oliva@fatec.sp.gov.br](mailto:rafael.oliva@fatec.sp.gov.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Definir as metodologias de ensino em uma instituição escolar, durante o processo de escrita, elaboração e atualização de seu projeto político-pedagógico (PPP), não se caracteriza como tarefa fácil. Pois, além de contar com inúmeras possibilidades, tem-se o fator “quais seriam as mais adequadas para os objetivos pedagógicos” e, em se tratando de uma instituição privada, “quais seriam as mais adequadas para os serviços que serão oferecidos”.

Dessa forma, a compreensão pelo que se define como uma metodologia de ensino e, posteriormente, qual deve ser o processo de sua escolha faz-se necessária durante o processo de elaboração do PPP, ou como alguns autores indicam, *planejamento da instituição escolar* (Libâneo, 2018). Tal assertiva justifica-se num cenário em que as regras basilares e os princípios educacionais estão para se definir, bem como o projeto de formação e a oferta do serviço educacional direcionado para as famílias que por ele buscam.

Nesse sentido, de acordo Libâneo (2018), o PPP caracteriza-se pela antecipação da ação a ser realizada, estabelecendo as necessidades que a escola precisa suprir e seus objetivos, com destaque para as limitações e possibilidades, além dos procedimentos e recursos que serão empregados juntamente com os dispositivos de aferição.

À vista disso, algumas instituições sob orientação de corpo técnico da secretaria de estado da educação, acaba por somar ao PPP as regras e demais dispositivos que *operam* no funcionamento organizacional da escola, por isso aquele documento fica erroneamente conhecido como *regimento* e não *planejamento*. Desse modo, para se compreender os aspectos metodológicos que uma instituição prevê em seu PPP, é preciso buscar nesse documento o que se define por “metodologia de ensino”, “quais os recursos utilizados e disponibilizados pela instituição” e, principalmente, se está prevista alguma modalidade de formação docente.

Ademais, segundo Libâneo (2018) e Zabala (2000) cabe destacar a diferença que há entre o regimento e o PPP. O primeiro caracteriza-se por um documento pedagógico que traz todas as regras a serem seguidas pela instituição, considerando todos os colaboradores e, principalmente, os níveis educacionais de atuação. Nele, e.g., estão as regras que definem as férias dos docentes, da equipe gestora e dos funcionários. As limitações no que se refere à atuação dos colaboradores e o que pode ou não ser feito dentro da instituição.

Já o segundo documento, por sua vez, define a estrutura humana e não humana da instituição, seus aspectos político-ideológicos, seu projeto de ensino e, principalmente, o conjunto de metodologias que serão empregadas para o desenvolvimento do serviço prestado. Pode-se dizer que PPP é a “carta máxima” de uma escola e define, sobremaneira, sua própria *identidade*.

Desse modo, segundo Neto e Castro (2011) a organização escolar brasileira é dada, basicamente, por um tipo de modelo administrativo respaldado em uma hierarquia, tanto vertical quanto horizontal, bem como uma forma burocrática inserida nos controles de gestão. Isso significa que compreender uma escola a partir dos modelos de gestão do século XX foge, inclusive, do previsto pela Lei nº 9.394/1996 acerca da obrigatoriedade de gestão participativa nas instituições escolares, ou seja, se a lei prevê um modelo e as escolas utilizam outro, há que se verificar um ponto de divergência aqui.

Contudo, há que se destacar que, geralmente, esta compreensão aplica-se – e é interpretada – sob a égide das instituições públicas de ensino, uma vez que aquelas de natureza privada – financiadas pelo capital privado – possuem mantenedores que a sustentam tanto financeiramente quanto ideologicamente. Mas, a gestão participativa na formulação de um PPP, o qual conforme citado deverá orientar a organização escolar, além de estabelecer o próprio percurso da instituição (Fonseca, 2003).

Nesse sentido, partindo dos pressupostos acerca dos formatos de gestão supramencionados e do que se considera acerca da definição de uma metodologia de ensino dados por Astolfi e Develay (2012) e Mometti (2021), tem-se que um conjunto de procedimentos pode ser considerado como uma metodologia de ensino quando quatro dimensões são contempladas, concomitantemente. Tais dimensões são de natureza: (i) Epistemológica, (ii) Didático-pedagógica, (iii) Operacional e (iv) Psicológica. Assim, de acordo com os autores citados, a primeira dimensão refere-se aos saberes propriamente constituídos e apresentados acerca de um tema em específico. Dessa forma, os procedimentos que buscam definir uma metodologia em si precisam, num primeiro momento, de conhecimentos *sui generis* de modo a garantir sua validade epistemológica.

Já a segunda, por sua vez, refere-se aos aspectos essenciais “do como um professor deve agir, mediante seus gestos didáticos” durante o processo de ensino, aqui entendido sob a forma de mobilização de saberes metodicamente organizados com a finalidade última de transpor um dado conhecimento para o sujeito aprendente. Isso significa que partindo dos gestos até a forma através da qual o professor observa seu aluno refere-se ao considerado como didático-pedagógico de uma metodologia de ensino.

A terceira dimensão oferece a logística essencial para o pleno desenvolvimento daquilo que é chamado de metodologia. Assim, os recursos e aparatos (tecnológicos e/ou analógicos), bem como a organização da turma, disponibilização das carteiras etc., configuram o operacional de uma metodologia.

Finalmente, o aspecto psicológico considera aquilo que Puente (1978) assume por ensino centrado no aluno. Tal aspecto, ademais, refere-se não apenas ao caráter de “ser ativo ou

passivo” no processo de aprendizagem, mas sim no assumir-se como responsável pela própria formação, abrindo portas para o desenvolvimento do *eu* enquanto sujeito. Pode-se afirmar, de certa forma, que o aspecto psicológico é o “ramo” ontológico de uma metodologia de ensino.

Assim sendo, a partir dos quatro eixos supracitados como basilares para a definição de uma metodologia de ensino, sua escolha refletir-se-á no projeto de formação almejado pela instituição escolar. Desta maneira, o documento pedagógico que informa tais escolhas é o *PPP*. Neste, encontram-se desde as definições básicas do que a escola entende por formação e educação, até o que considera como necessário e fundamental para a prestação do referido serviço. Além do mais, o PPP está previsto pela Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). Isso significa que sua construção e organização deve passar por um grupo de sujeitos pertencentes ao espaço escolar, inclusive, as famílias e demais instituições da rede protetiva.

Diante do exposto, a problemática que orienta este trabalho é: como as escolhas metodológicas oferecidas pela instituição aparecem no PPP e quais são suas contribuições naquilo que realmente ela desenvolve como serviço educacional?

Dessa forma, o presente trabalho possui por objetivo apresentar um estudo de caso acerca das escolhas metodológicas descritas no PPP do ano de 2023 de uma instituição privada de ensino localizada no município de São Paulo, Estado de São Paulo. Para tanto, a fim de se construir uma compreensão de como tais escolhas aparecem no documento, utilizou-se da análise de conteúdo segundo a perspectiva de Bardin (1977), destacando suas unidades de registros e as possíveis categorias descritivas, fundamentais para a interpretação a ser realizada.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Para o desenvolvimento deste estudo, caracterizado como estudo de caso (Yin, 2015; Esteban, 2010), assumiu-se como contexto uma instituição privada de ensino, direcionada para o oferecimento de serviços educacionais de educação básica, localizada na região oeste do município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Desse modo, de acordo com os autores citados, um estudo é definido como de caso quando contemplar os seguintes elementos: (i) Questões orientadoras inicialmente propostas, (ii) Hipóteses oriundas de um processo reflexivo acerca das questões iniciais, (iii) Elementos *a priori* de análise (também chamadas de categorias prévias que, no presente estudo, caracterizam-se pelas quatro dimensões metodológicas anteriormente citadas), (iv) Ligação lógica entre as hipóteses inicialmente formuladas e a análise e, (v) Critérios de interpretação e validação dos resultados.

Assim, uma vez que todos os elementos supracitados forem contemplados em torno de uma problemática de interesse, pode-se dizer que há um caso para ser estudado mediante a metodologia proposta (Yin, 2015; Esteban, 2010).

No que se refere ao contexto, tal instituição, mesmo sendo privada, localiza-se numa região pouco povoada do município, sendo seus alunos provenientes de famílias com renda a partir de quatro salários-mínimos. Assim, pode-se inferir que o público atendido pela instituição não é de alta renda como, também, não é de baixa renda, i.e., trata-se de um público de classe média.

A instituição conta com um prédio próprio fundada no ano de 1997, e com capacidade para dois mil alunos. Abriga duas quadras poliesportivas, uma piscina, sala de música, laboratório de inglês, laboratório de ciências, anfiteatro, dezesseis salas de aula e pátio. No que se refere às modalidades de ensino atendidas pela escola, verificam-se as três etapas da Educação Básica, ou seja, Ensino Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio. No período de desenvolvimento deste trabalho, a escola contava com 460 alunos, distribuídos nas três etapas. Cabe dizer que o período pós pandêmico trouxe à instituição uma enorme perda no que se refere ao número de alunos matriculados, fato devido a atual situação econômica do país.

Outrossim, a instituição possui um quadro com 16 professores, distribuídos em 7 especialistas – atuantes nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio – e 9 polivalentes, os quais atuam prioritariamente nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Já no que tange à gestão, verifica-se um diretor, formado em Pedagogia (mantenedor da instituição), um coordenador responsável pelos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e, um auxiliar de coordenação responsável pelos primeiros anos. Além destes, há a parte financeira, pois, a instituição faz uma distinção entre pedagógico e financeiro. Este último responsabiliza-se pelo administrativo.

Nesse sentido, a escola citada como contexto permite, de acordo com Yin (2015), definir o cenário e os elementos circundantes para a delimitação das variáveis de análise seguida da possibilidade interpretativa e compreensão do que se busca. Todavia, anterior às delimitações citadas, há que se destacar que o contexto dá uma breve ideia do que se quer entender apenas quando acompanhado de uma problemática específica. Nesse sentido, o interesse é o de entender como as escolhas metodológicas se manifestam no PPP de 2023 da instituição utilizada para este estudo.

Ademais, determinaram-se como participantes do estudo em pauta todos os envolvidos no processo de escrita e formatação do PPP, os quais são: diretor pedagógico (mantenedor) da instituição e o coordenador pedagógico dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Uma vez que o presente trabalho se caracteriza por um estudo de natureza documental, o papel dos participantes supracitados foi o de contribuir com a análise das categorias obtidas pelo processo de análise utilizado.

Dessa forma, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu Título II, Artigo 3º e inciso VIII prevê a gestão democrática do ensino público. Isso significa que não há a obrigatoriedade, pelas instituições privadas de ensino, garantir a participação de todos os pertencentes da comunidade escolar no processo de construção e atualização do PPP. Tal fato traduzir-se-ia numa escolha, antes pedagógica, mas ideológica, e demonstraria a todos os envolvidos a construção coletiva do processo educacional.

Além disso, segundo Fonseca (2003) e Neto e Duarte (2011) nota-se uma reversibilidade no que se refere à forma de gestão das instituições públicas nos últimos dois decênios, uma vez que alguns documentos orientadores incentiva que se aproveite de todo background do pessoal e dos recursos que a capacidade privada possui de modo que se construam parcerias (Fonseca, 2003). Assim, complementa a autora que a liderança é o fator central, ou a espinha dorsal, de uma instituição escolar de modo que seu projeto tenha resultado e possa ser colocado em prática. Isso significa que para além de um objetivo, a gestão democrática nas instituições privadas de ensino seria, ainda, algo a ser construído.

No que diz respeito ao PPP propriamente, cabe enfatizar que não há um prazo de validade para esse documento, uma vez que muitas instituições o escrevem e, com o passar do tempo utilizam-se dos mesmos pontos, apenas ajustando esse ou aquele tópico. Dessa forma, o interesse aqui pautado é foi de estudar esta temática, uma vez que na instituição contexto deste estudo, o PPP passava por revisão, mediante solicitação oficial do órgão regulatório de ensino do município de São Paulo. Isso significa que foi uma excelente oportunidade para compreender como aquela escola lida com a questão das escolhas metodológicas e como as insere em seu projeto político-pedagógico.

Além disso, foram eleitas como fontes de informação o PPP recém-elaborado pela instituição no ano de 2023 e, o diário de campo do pesquisador, constituído por vinte e três páginas de suas observações acerca do processo de construção do citado documento. No que tange ao diário de campo, este foi elaborado pelo pesquisador por meio de anotações semanais após as reuniões com a mantenedora da instituição.

Assim, por um período de oito semanas, totalizando dois meses, foram realizados oito encontros para tratar sobre cada um dos pontos que constitui o sumário do PPP. O conteúdo do diário de campo abrange as observações anamnésicas da instituição, algumas das falas da mantenedora e outras observações que se julgou importantes no momento de sua construção.

Já sobre o documento PPP, este é formado por um sumário, e seu texto organizado em títulos e capítulos, totalizando quarenta páginas. Sua organização é dada por títulos, sendo que cada um deles distribui-se em capítulos. O quadro 1 a seguir traz a estrutura do PPP objeto de estudo deste trabalho.

Quadro 1: estrutura do PPP da instituição contexto do estudo.

<b>Título</b>	<b>Capítulo</b>
<b>I</b>	I – da identificação
	II – dos objetivos
	III – dos cursos, níveis e das modalidades de ensino
<b>II</b>	I – dos turnos e da carga horária
	II – dos currículos
	III – dos projetos especiais
<b>III</b>	I – dos direitos da direção, do corpo docente e dos funcionários
	II – dos deveres da direção, do corpo docente e dos funcionários
	III – das sanções
<b>IV</b>	I – dos direitos dos pais e responsáveis
	II – dos deveres dos pais e responsáveis
<b>V</b>	I – dos direitos dos alunos
	II – dos deveres e responsabilidades dos alunos
	III – da proibição dos alunos
	IV – das sanções
<b>VI</b>	I – da caracterização
	II – do núcleo gestor de direção
	III – do núcleo gestor pedagógico
	IV – do núcleo administrativo
	V – do núcleo operacional
	VI – do corpo docente
	VII – do corpo discente
	VIII – das instituições auxiliares
<b>VII</b>	I – da gestão democrática
	II – dos planos de curso
	III – do plano de ensino
<b>VIII</b>	I – da matrícula dos alunos
	II – da classificação dos alunos
	III – da reclassificação
<b>IX</b>	I – das disposições gerais
	II – da reconsideração contra avaliação durante o período letivo
	III - da reconsideração contra avaliação contra o resultado final
<b>X</b>	I – da promoção
	II – da retenção total
	III – da retenção parcial
	IV – da recuperação
<b>XI</b>	I – da progressão continuada
	II – da progressão parcial
<b>XII</b>	I – da frequência
	II – da compensação das ausências
<b>XIII</b>	Único – da emissão de documentos da vida escolar
<b>XIV</b>	Único – das disposições gerais

Fonte: o autor.

De modo a transformara informação coletada no PPP da instituição em dados para análise e posterior interpretação, foi selecionada a metodologia da Análise de Conteúdo (AC) segundo a perspectiva de Bardin (1977). De acordo com a autora, tal abordagem metodológica adequa-se aos estudos que buscam conhecer, de modo sistemático, como os conteúdos se organizam e se apresentam dentro de um universo de possibilidades pré-definido.

Nesse sentido, o desenvolvimento da análise de conteúdo na perspectiva citada dá-se nos seguintes passos: (i) seleção do *corpus* de análise (*a priori*), (ii) busca das unidades de registro (categorias primárias), (iii) aglutinação e saturação das categorias secundárias (agrupamento de sentido) e (iv) saturação das categorias secundárias e interpretação do processo. Assim, elegeu-se o item disponibilizado no “título VII – dos planos de gestão da escola e de ensino”, conforme indicado no quadro 1 da estrutura do referido PPP como *corpus de análise*. Num segundo momento, e segundo Bardin (1977), foram selecionadas como unidades de registro os itens apresentados no capítulo I – da gestão democrática e subtítulo “a metodologia adotada pelo colégio”, os quais descrevem de modo detalhado o que se considera como metodologia, método do professor e processo de ensino na instituição.

Desta maneira, como categorias de aglutinação previstas no momento (iii) da AC, partiu-se dos quesitos necessários e basilares para uma metodologia de ensino apresentados na seção anterior do presente documento. Assim, como o objetivo do trabalho é o de compreender como as escolhas metodológicas são realizadas por uma instituição mediante análise documental, faz-se necessário encontrar, num primeiro momento, quais seriam as categorias essenciais que definem o conceito de *metodologia* e sua relação com os serviços educacionais oferecidos no contexto analisado.

A partir das categorias obtidas a partir da utilização dos estudos de Bardin (1977), realizou-se um processo de análise interpretativa *a posteriori*, ou seja, primeiramente foram encontradas e definidas as unidades de registro, categorizadas segundo raízes epistêmicas comuns para, num segundo momento, desencadear o processo de interpretação. Esta, por sua vez, considerou a seguinte tríade – chamada na pesquisa de *bricolagem* – para sua construção: *unidade de registro – categoria – diário do pesquisador*.

Finalmente, no agrupamento de sentido foram utilizados os quatro elementos fundamentais previstos por Astolfi e Develay (2012) para se definir uma metodologia de ensino. Nesse sentido, todas as categorias primárias foram aglutinadas em um dos quatro eixos: (i) Epistemológico, (ii) Didático-pedagógico, (iii) Operacional e (iv) Psicológico. Com a citada categorização, foi possível desenvolver uma interpretação daquilo que este trabalho compreende por escolha metodológica, presente no PPP contexto deste estudo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme mencionado no objetivo do trabalho em pauta, o interesse deste trabalho está em compreender como as escolhas metodológicas são realizadas por uma instituição privada de ensino quando elaborou seu novo PPP. Desse modo, os dados aqui considerados foram transformados a partir do documento PPP seguido de sua análise de conteúdo (AC).

Assim, o quadro 2 a seguir traz as unidades de registro (UR) selecionados juntamente com as categorias a partir delas geradas.

Quadro 2: unidades de registro (transcrição *ipsis litteris*) e categorias primárias obtidas.

Unidades de registro	Categorias primárias
[1] O professor será orientador do processo de construção do conhecimento e estará sempre presente, envolvendo os alunos no planejamento de todas as atividades, levando-os a notar-se como parte integrante da comunidade e do processo e, além de sentirem-se corresponsáveis pela própria aprendizagem.	[1]. Orientação do processo com o professor; [2]. Processo de ensino-aprendizagem sistematizado; [3]. Procedimentos metodológicos; [4]. Papel centrado no professor; [5]. Transferência da responsabilidade pedagógica;
[2] O processo de educação formal deve propor e exercitar atividades e ações que esperamos sejam praticadas pelo educando como indivíduo, como membro da comunidade e como cidadão do mundo.	[2]. Processo de ensino-aprendizagem sistematizado; [3]. Procedimentos metodológicos; [6]. Aspecto ontológico do processo;
[3] Registrar os conteúdos trabalhados, identificar as dificuldades, fazer um trabalho paralelo para recuperar estas dificuldades, e estar sempre se utilizando dos temas transversais que ocorram durante o ano letivo, pesquisando e enriquecendo o trabalho pedagógico.	[2]. Processo de ensino-aprendizagem sistematizado; [3]. Procedimentos metodológicos; [7]. Saber de conteúdo como apoio à metodologia;
[4] [...] tem como proposta pedagógica oferecer um espaço maior para o desenvolvimento da afetividade, adotando a Pedagogia Afetiva.	[2]. Processo de ensino-aprendizagem sistematizado; [3]. Procedimentos metodológicos; [8]. Serviço oferecido pela instituição; [9]. Aspectos socioemocionais;
[5] A pedagogia afetiva está interligada a todas as áreas da escola, pois trabalha as competências socioemocionais dos sujeitos envolvidos.	[3]. Procedimentos metodológicos; [6]. Aspecto ontológico do processo; [7]. Saber de conteúdo como apoio à metodologia; [9]. Aspectos socioemocionais;
[6] Dessa forma a trabalhamos de múltiplas maneiras, tais como: - Fonte de reflexão orientadora das ações da escola, das atitudes do gestor e das famílias. - Inspiração para ações de formação continuada de professores.	[3]. Procedimentos metodológicos; [6]. Aspecto ontológico do processo; [10]. Processo com a gestão da escola;

<p>[7] Utilizamos como método de Ensino: Sistema terceirizado denominado Anglo Sistema de Ensino.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Utiliza-se uma apostila por bimestre (04 apostilas ao ano).</li> <li>- <u>Simulados do Sistema Anglo</u> por bimestre, para avaliar o aluno em um modo global (todas as disciplinas);</li> <li>- <u>Plurall do Sistema Anglo</u> (Ferramenta on-line do sistema de ensino).</li> </ul> <p>Os alunos podem tirar dúvidas sobre as matérias já estudadas e acessam as tarefas e resolvem as listas de exercícios de todas as disciplinas estudadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Plurall Família – Aplicativo de Comunicação entre o Colégio X Família.</li> </ul> <p><i>Apostila Sistema Anglo de Ensino – Editora: Somos Educação.</i></p>	<p>[3]. Procedimentos metodológicos;</p> <p>[1 1]. Recurso identificado como método;</p>
---	--

Fonte: o autor.

O quadro 2 acima traz a distribuição das categorias primárias obtidas após a aplicação das etapas (i) e (ii) descritas no item anterior do presente artigo. Assim, pode-se notar que a primeira unidade de registro, no quadro indicado pelo número [1], apresenta cinco categorias. Isso significa que o discurso enunciado por esta primeira UR transpõe o que de mais pedagógico há em uma instituição escolar, i.e, a organização do processo metodológico.

Isso fica claro com o uso da expressão “o professor será orientador do processo de construção do conhecimento e estará sempre”, fato este que indica, de modo complementar, o agente responsável e central pelo processo, ou seja, o professor. Aqui, pode-se dizer que há uma primeira escolha metodológica pela instituição destacada em seu PPP: a responsabilidade pedagógica pelo processo e a centralidade na figura do professor.

Ademais, na UR indicada por [2] observa-se, além da presença de um discurso que caracteriza uma orientação metodológica com o uso da expressão “deve propor e exercitar atividades e ações” a indicação, pela primeira vez no referido título analisado, de uma perspectiva ontológica para o sujeito que desta instituição fará parte, fato este que pode ser observado pelo uso da expressão “pelo educando como indivíduo, como membro da comunidade e como cidadão do mundo”.

Desse modo, para além de uma perspectiva metodológica centrada na figura do professor, a instituição considera em seu PPP um projeto de formação de sujeito ancorado naquilo que define por suas escolhas metodológicas. Isso significa dizer que a instituição confunde orientação metodológica com formação do sujeito, principalmente, quando não especifica que tipo de cidadão prevê e para qual mundo deseja formar.

Por outro lado, na UR [3] há a indicação de uma categoria muito importante para o estabelecimento e, também, para a definição de qualquer escolha metodológica: o saber de conteúdo. Segundo Cunha (2010) há dois fatores importantes na prática docente que contribuem para seu desenvolvimento, são eles: o saber de conteúdo e o saber pedagógico de conteúdo. O primeiro diz respeito ao “quanto” de conteúdo – em termos puramente conceituais, procedimentais e atitudinais – o docente sabe e detém em um determinado momento. Já o segundo, por sua vez, refere-se ao uso do primeiro em situações pedagógicas específicas.

Nesse sentido, ao ser enunciada na UR [3] a expressão “sempre se utilizando dos temas transversais” alude-se ao uso de um determinado conhecimento/saber como auxílio à escolha metodológica. Assim, pode-se dizer que um terceiro indicador das escolhas metodológicas dadas pelo PPP pela instituição é a abertura para conhecimentos outros que não estão, de certa forma, previstos no material de ensino adotado como de uso padrão.

Outrossim, pode-se notar já na UR [4] a presença de duas importantes categorias: a [8] e a [9]. A categoria referenciada pelo número [8] diz respeito aos serviços que a instituição oferece e que contribuem para o desenvolvimento do processo de ensino. Isso, sem dúvida, refere-se a um aspecto operacional do processo, uma vez que incide diretamente na estrutura da escola, na disponibilidade desse ou daquele recurso etc. É o primeiro momento no discurso do PPP, no título analisado, que há alguma menção desta natureza.

Tal fato se dá pela importância de ser esta uma instituição privada e, por isso, sua estrutura deve ser ligada/lembrada no processo de venda de seu produto, i. e, no ensino que oferece.

Já a categoria indicada por [9] é o que a instituição vai assumir, logo mais à frente no documento do PPP, pela expressão “Pedagogia afetiva”. Em um dos momentos de reunião com a mantenedora da instituição, ela citou:

“não quero que nada mude no colégio quanto à afetividade [...] Isso é o que nos define e foi o objetivo da minha vida enquanto professora” (Transcrição *ipsis litteris*, diário de campo, 2023).

Nota-se pela fala da mantenedora, que também ocupa o cargo de diretora pedagógica, que os aspectos socioemocionais são compreendidos não como formação ontológica, mas sim como orientação metodológica. Isso significa que no seu entendimento o socioemocional é método e não competência. Por tal motivo aparece no PPP na UR [5] indicada como eixo norteador das demais “áreas do colégio”, que no documento referencia um dado setor do conhecimento.

Na UR [6] pode-se perceber uma mudança na “pessoa” que rege o processo de ensino da instituição indicada no documento. Anteriormente, o professor era o agente central do processo, a partir desta UR passa a ser a instituição na figura da gestão. Cotejando com as

observações do diário de campo referentes ao encontro com a mantenedora do dia em que esta parte foi redigida, nota-se uma ênfase significativa em “assumir as rédeas da instituição”, conforme ela mesma salienta. Isso significa que seu objetivo em atribuir ao processo de ensino à Pedagogia afetiva é o mesmo que acompanhar de perto o que foi – ou não – realizado mediante suas escolhas.

Dessa forma, na unidade de registro que se segue, a [7], verifica-se uma confusão da instituição entre aquilo que entende por metodologia e o que adota como recurso. Neste ponto verifica-se a quarta escolha metodológica presente no PPP analisado: recursos didáticos produzidos por terceiros são compreendidos como importação de uma metodologia de ensino.

Além disso, observa-se que no PPP a descrição dos serviços oferecidos pelo sistema adotado opera no sentido de dar segurança e reforço às escolhas anteriormente realizadas, principalmente, quando se utiliza o argumento do mercado como agente mobilizador.

Já o quadro 3 abaixo, por sua vez, expõe as categorias que foram aglutinadas seguindo uma das quatro dimensões metodológicas consideradas por Astolfi e Develay (2012) e Mometti (2021).

Quadro 3: categorias primárias e seu agrupamento de sentido nas dimensões metodológicas

<b>Eixo metodológico</b>	<b>Categoria</b>
Didático - Pedagógico (DP)	[1] Orientação do processo com o professor;
	[2] Processo de ensino-aprendizagem sistematizado;
	[3] Procedimentos metodológicos;
	[4] Papel centrado no professor;
	[1 1] Recurso identificado como método;
Epistemológico (E)	[5] Transferência da responsabilidade pedagógica;
	[7] Saber de conteúdo como apoio à metodologia;
Operacional (O)	[8] Serviço oferecido pela instituição;
	[10] Processo com a gestão da escola;
Psicológico (PS)	[6] Aspecto ontológico do processo;
	[9] Aspectos socioemocionais;

Fonte: o autor

Conforme é apresentado no quadro 3 a dimensão metodológica DP é prevalente no que se refere aos conteúdos apresentados pelos discursos das unidades de registro. Tal fato remete ao principal ponto por este trabalho buscado: às escolhas metodológicas presentes na

reelaboração do PPP da instituição. Desse modo, por meio das categorias indicadas por [1], [2], [3], [4] e [11] podem-se perceber como escolhas as seguintes: 1. O professor deve orientar o processo; 2. O conteúdo deve ser dosado de modo sistematizado; 3. Não há distinção entre recurso e método.

No que tange à primeira escolha depreende-se que por meio do conteúdo analisado no documento a abertura para novos projetos e novas formas de ensinar que considere uma “atividade” maior dos alunos torna-se menos provável com a concentração do processo, em sua maior parte, nas mãos do professor. Isso reflete o caráter tradicionalista da instituição.

A segunda escolha metodológica, por sua vez, dá respaldo à primeira, afirmando por meio da sistematização que os conteúdos a serem desenvolvidos devem seguir um percurso previsto e estipulado por vias externas, isto é, por um sistema de ensino. Tal interpretação pode ser percebida por meio da terceira escolha metodológica, pois se não há abertura para a inserção de novos métodos que dão atividade ao processo de ensino-aprendizagem e fica a cargo de um sistema externo definir quais conteúdos serão trabalhados e de que forma, então haverá certamente uma confusão entre método e recurso.

Ademais, no próprio discurso de um dos mantenedores a obrigatoriedade de seguir o material apostilado bem como os demais serviços que dele provém reflete demasiada insegurança pedagógica em definir sua própria identidade institucional. Isso quer dizer que se uma empresa educacional de grande porte diz que é bom, então será bom também para a instituição que a ele recorre.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo apresentar um estudo de caso acerca das escolhas metodológicas descritas no PPP do ano de 2023 de uma instituição privada de ensino localizada no município de São Paulo. Por meio da análise de conteúdo tratada sob a perspectiva de Bardin (1977) concluiu-se, num primeiro momento, que no processo de ensino-aprendizagem considerado no documento a responsabilidade pedagógica é totalmente centrada na figura do professor.

Num segundo momento, e com respaldo das categorias de análise destacadas no quadro 2, pode-se dizer que a instituição não possui abertura para o desenvolvimento tanto de conteúdo pedagógico quanto de metodologias que considerem maior participação do aluno.

Além das considerações enunciadas acima, pôde-se concluir que as escolhas metodológicas presentes no PPP analisado classificam-se em: 1. O professor deve orientar o processo; 2. O conteúdo deve ser dosado de modo sistematizado; 3. Não há distinção entre recurso e método. Assim, mesmo defendendo um discurso de inovação e adoção de

metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem, o documento que estabelece as orientações pedagógicas da instituição estudada não garante que eles serão aplicados e desenvolvidos.

Dessa forma, pode-se depreender que o discurso prevalente na instituição é aquele de mercado, isso significa que se coloca num documento que oficializará a identidade da instituição um discurso de mercado, considerando uma ideia de Educação que, na prática, reflete um tradicionalismo educacional ainda não secularizado no Brasil.

## REFERÊNCIAS

Astolfi, J. P.; Develay, M. (2012). A didática das ciências. 16 ed. Papirus, Campinas.

Bardin, Laurence. (1977). Análise de conteúdo. 2 ed. Edições 70, Lisboa.

Esteban, M. P. S. (2010). Pesquisa Qualitativa em Educação: Fundamentos e Tradições. Trad. Miguel Cabrera. Editora AMGH e Artmed, Porto Alegre.

Libâneo, José Carlos. (2018). Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6 ed. Heccus Editora, São Paulo.

Puente, M. L. (1978). O ensino centrado no estudante: renovação e crítica das teorias educacionais de Carl R. Rogers. Editora Cortez & Moraes, São Paulo.

Yin, Robert K. (2015). Case study research: design and methods. 3 ed. Sage publications, California.